

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A CIDADE

Naiara de Souza

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
nayara_sz@yahoo.com.br

RESUMO

Definida como uma ciência humana, a Geografia tem como objeto de estudo o espaço produzido pela relação entre a sociedade e a natureza. Nesse sentido, é também produto da história. O estudo sobre as cidades e sobre o processo de urbanização possibilita compreender a configuração das cidades sob a perspectiva da atuação de toda sociedade, proporcionando uma visão crítica sobre as modificações do homem no espaço geográfico. Este artigo visa apreciar alguns dos estudos geográficos sobre "a cidade" enquanto lócus da produção e reprodução humana.

Palavras-Chaves: cidade, urbano, geografia

ONE TO LOOK AT GEOGRAPHIC ON THE CITY

ABSTRACT

Defined as a human science, geography is a subject of the study area produced by the relationship between society and nature. Accordingly, it is also the product of history. The study of the cities and the process of urbanization enables understand the configuration of cities from the perspective of the performance of the whole society, providing a critical view on the changes in the geographical area of the man. This article aims to plead some of geographic studies on the city "as locus of production and human reproduction.

Key- word: City, urban, geography

INTRODUÇÃO

As cidades representam a mais profunda e radical intervenção humana sobre o ambiente. O espaço urbano condensa uma longa história de atividades sociais e refletem os distintos ambientes culturais e as diferentes estruturas econômicas que envolveram sua produção. Por estar em constante metamorfose, a única coisa que permanece nas cidades é o movimento de mudança.

A Geografia tem por objeto de estudo o espaço geográfico, com base nas relações entre os processos históricos, que regulam a formação da sociedade humana, e o funcionamento da natureza. Assim sendo, destaca-se que esse espaço, constantemente modificado e transformado, revela na paisagem as marcas históricas da atuação e organização dos homens (CARLOS, 2004).

A urbe, nesse sentido, é um espaço geográfico que contém formas complexas de organização espaciais. As cidades são a materialização dessa organização urbana e dos movimentos

Recebido em 20/10/2008

Aprovado para publicação em 22/11/2008

humanos, apresentando na morfologia ou nas formas os resultados das heranças passadas e das ações do presente que, continuamente altera a estrutura urbana.

O QUE AFINAL É UMA CIDADE?

Pensar a cidade e o fenômeno de urbanização é tentar entender o rebatimento das mudanças ocorridas na sociedade. Para tanto se torna necessário definir o que é cidade. Segundo o dicionário Aurélio, o termo cidade possui um conceito definido: povoado de categoria superior à de vila.

Na Geografia, a cidade vai além de tal definição. Sua compreensão está relacionada ao processo de produção do espaço geográfico. Para Carlos (1997), [...] pensar a cidade significa refletir sobre o espaço urbano". O espaço urbano seria uma parcela do espaço geográfico que apresenta relações sociais complexas, que vão além de espaço físico das cidades, mas abarca, também, a sua organização social, política e econômica, bem como o modo de vida imerso nas cidades, onde as relações cotidianas se desenrolam e se materializam.

No dicionário de geografia, a cidade é assim definida:

Povoação grande e permanente com uma população de diversas características e profissões, geralmente não auto suficiente na produção de alimentos e dependendo da indústria transformadora e do comércio para satisfazer o desejo dos seus habitantes, e abastecendo de bens e serviços às áreas que fiquem fora dela (região, citadina, hiterland). Legalmente o título de cidade é concedido a uma grande vila com certas condições específicas: na Europa, inicialmente, o termo era concedido a qualquer povoação que tivesse uma catedral; nos Estados Unidos, atualmente, o termo aplica-se de uma forma muito liberal, designando mesmo modestas povoações urbanas. (SMALL E WITHERICK, 1992, p. 42)

Nesta perspectiva, a demografia tem sido norteador que afirma a essência ou não da cidade. A aceção da mesma é tão complexa que alguns geógrafos afirmam ser quase impossível defini-la.

Santos assegura:

[...] é muito antigo o problema de definir corretamente o que seja uma cidade. Embora esta questão também seja analisada por sociólogos e economistas, o ponto de vista que nos interessa aqui é o geógrafo, pois a cidade constitui uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem, e, pôr outro lado, preside as relações de um espaço maior, sem seu derredor, que é a sua zona de influência. (SANTOS, 1965, p. 131).

Souza (2001) ao analisar o pensamento de Weber e de Cristaller sobre a cidade, e defende que:

Para o sociólogo Max Weber [...] a cidade é, primordialmente e essencialmente, um local de mercado. Apesar de nem todo local de mercado ser cidade [...] Chistaller deu uma contribuição importante, introduzindo o conceito de localidade central. Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico [...] uma localidade central. (SOUZA, 2001, p. 25).

O referido autor norteia-se pela afirmação de que as cidades são assentamentos humanos extremamente diversificados, no que se referem às atividades econômicas ali desenvolvidas, diferentes dos assentamentos rurais, aldeias e povoados. Ratzel também procura definir a cidade sobre a perspectiva da diferenciação entre o rural e o urbano. O mesmo entende o espaço da cidade como um local de uma reunião duradoura de homens e moradores que ocupam grande superfície e se encontra em uma encruzilhada de grandes vias comerciais (RAZTEL, *Apud* SILVA; GOMES e SILVA 2005)

Carlos (1997), fundamentando-se em Lefebvre (2001) define cidade como materialização do urbano, das relações sociais. Nesse contexto a cidade seria o concreto o arquitetônico condicionante das atuações sociais dada em um determinado momento histórico.

A cidade é antes de mais nada trabalho objetivado materializado, que aparece através das relações entre o construído(casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o “não construído” (o natural), de um lado e do movimento do outro tanto no que se refere ao deslocamento der homens e mercadorias quando aquele se refere às marcas que representam um momento histórico diferentes produzidas na articulação entre o novo e o velho. (CARLOS, 1997 ,p. 69).

Por tal análise pensar a cidade é procurar desvendar a sua história. Carlos enfatiza:

[...] a história revela-a como **obra e produto** que se realiza como realidade espacial concreta, cujo movimento é produto de um **processo histórico cumulativo**, revelando ações passadas ao mesmo tempo em que o futuro se tece no presente e, nesta condição revela nas possibilidades presentes da vida cotidiana (CARLOS, 2004, p.14 grifo nosso).

Com tantas definições Silva; Gomes e Silva (2005) alertam para o fato de que a urbe não pode ser vista como um “somatório de espaços multifuncionais”, mas como um ambiente onde acontecem as inter-relações de toda ordem, que se traduzem na própria morfologia espacial decisiva no processo (re) produção da cidade.

Definido o que é cidade, cabe ainda esclarecer que esse não é sinônimo de urbano, embora tais conceitos sejam complementares. A cidade é a materialização do urbano, são os prédios, avenidas, ou seja, o visível. Já o urbano é produzido pelas relações sociais, concebidas na cidade, que, cotidianamente, constroem e reconstroem o espaço urbano (CARLOS, 1997). Seria como se a cidade fosse o corpo e o urbano fosse à alma. “Não há forma sem conteúdo, não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece a análise é sempre uma unidade” (LEFEBVRE, 2001,p 87).

A urbanização¹ não corresponde ao crescimento das cidades em conseqüência do crescimento vegetativo de sua população. Sposito (2004) questiona a afirmativa dos demógrafos que afirmam que a urbanização ocorre quando o êxodo rural impulsiona a cidade a um crescimento maior que o campo. Nesse sentido, a urbanização corresponde a um aspecto territorial provenientes das modificações socioeconômicas. A Revolução Industrial, por exemplo, alterou as relações entre campo e cidade promovendo a divisão territorial do trabalho, acelerando o processo de urbanização, fazendo com que o meio urbano crescesse e comandasse o meio rural.

Sposito (2004) entende a “urbanização como processo, e a cidade como forma concretizada deste processo”. Sobre tal temática, Lefebvre escreve: “(...) a cidade, como realidade presente, imediata, dado prático-sensível arquitetônico e por outro lado o urbano, realidade social composta de relações a serem concebidas construídas e reconstruídas pelo pensamento”. (LEFEBVRE, 2001 p. 49)

CIDADE E HISTÓRIA

Se as cidades nem sempre tiveram o tamanho e a importância que têm hoje, se os primeiros aglomerados humanos nem sequer podem ser considerados urbanos, e se em algum período da história os homens nem sequer viviam aglomerados ou tinha moradia fixa, como terão surgido as cidades? (SPOSITO 2004)

¹ Para as diferentes áreas urbanização apresenta diferentes definições. Para os engenheiros urbanizar é implantar infraestrutura, para o arquiteto seria a construção, a obra arquitetônica..., Para o demógrafo seria o processo de crescimento da população urbana em detrimento da rural. (SPOSITO: 20004)

Surgidas através das mudanças ocorridas nas sociedades em momentos pretéritos, às cidades representam a materialização das relações sociais no espaço. Elas conseguem, ao mesmo tempo, ser complexas e fascinantes. Como resultado do homem de cada época, as cidades são a expressão das necessidades da sociedade em cada momento histórico.

O homem, no período paleolítico, já apresentava uma relação de identidade com o lugar (nesse caso com as cavernas, que ofereciam abrigo e proteção), apesar desse momento ser marcado pela não fixação do homem. No mesolítico, com a dominação do fogo, a domesticação dos animais e revolução agrícola, o homem se sedentarizou. Porém, só no neolítico¹ surgiram as primeiras aldeias, primazia para os surgimentos das cidades (SPOSITO, 1998).

Queremos destacar, pois, que no neolítico já havia se realizado a primeira condição para o surgimento das cidades, qual seja a fixação do homem a terra, através do desenvolvimento da agricultura e da criação dos animais. (SPOSITO, 1998, p.13).

Embora o surgimento das cidades fosse resultados de processos sociais e políticos, as primeiras tiveram suas localizações determinadas por condições naturais, como as cidades mesopotâmicas.

[...] embora fossem resultado do social e do político enquanto processo [...] tiveram suas localizações determinadas pelos e pelas condições naturais, de um momento histórico, em que o desenvolvimento técnico da humanidade ainda não permitia a superação destas imposições. As mais antigas cidades, tinham em comum, além da localização nos vales dos grandes rios, uma organização dominante, de caráter teocrático [...], e um traço na sua estruturação interna do espaço: a elite sempre morava no centro. (SPOSITO, 2000 p.18)

As cidades orientais, ligadas ao modo de produção asiático arcaico, foram essencialmente políticas. Durante o feudalismo, as cidades tinham importância secundária, pois a propriedade rural determinava seu caráter agrário. Na baixa Idade Média, a atividade comercial incentivou o ressurgimento urbano. A partir do sobreposto crescente da agricultura, em detrimento dos feudos, as cidades começaram a acumular riquezas, resultantes do ressurgimento do comércio, que culminou no aparecimento de uma nova e importante classe: a burguesia. Porém, até então, a cidade não era um espaço tão importante para a sociedade, nem a urbanização um processo tão expressivo (SPOSITO, 1998).

O surgimento da cidade aparece como um elo responsável pela dissolução do modo de produção feudal e da transição deste para o capitalismo [...] A cidade não surge, portanto, de uma simples mudança da população do campo, ela envolve um processo mais profundo. (CARLOS, 1997, p.65)

As primeiras cidades mercantis resultaram da transformação do caráter dessas aglomerações medievais, sem funções urbanas. Com o desenvolvimento do comércio, criaram-se as condições para a estruturação do modo de produção capitalista, com a terra passando a ser vista como uma mercadoria. Conforme Sposito, a "ordem capitalista, ao se impor à ordem feudal, tornou a terra em mercadoria e levou a aristocracia feudal sem capital acumulado, a arrendar ou vender parcela de suas terras" (SPOSITO, 1998, p.38). Vale ressaltar que a cidade vai sempre cogitar o modo de produção vigente, refletindo a complexidade social na qual esta inserida.

Outro fator que impulsionou a urbanização foram as grandes navegações, entre os séculos XV e XVI. Essas permitiram a extensão da urbanização ao mundo colonial e, juntamente com a industrialização, no século XVIII, determinou a primeira divisão internacional do trabalho, nos

¹ O surgimento das aldeias foi um passo dado ao surgimento das cidades. Porém não existia a divisão de trabalho uma organização social. Neste período surge o caçador que Sposito (1998) chama atenção devido a importância deste que mais tarde tornaria o chefe político dando origem a divisão das classes sociais.

planos social, territorial e técnico.

A Primeira Revolução Industrial representou uma transformação radical das relações entre campo e cidade. Com a indústria, o cerne produtivo concentrou-se espacialmente e transferiu-se para o meio urbano. Essas “cidades fábricas” passaram a concentrar uma parte crescente da força de trabalho, enquanto as migrações, para o espaço urbano esvaziavam o campo. A terra deixou de ser sinônimo de riqueza, passando para as mãos dos capitalistas urbanos, enriquecidos pela expansão do comércio (LEFÉBVRE, 2001, p.05).

Nesse momento, também foram criadas as redes para interligar as cidades, em nível mundial, a partir do desenvolvimento dos meios de transporte comunicação. Para esse fim, o fortalecimento do papel do Estado, enquanto poder centralizado, foi essencial, na medida em que deu suporte ao processo.

A formação de uma rede urbana foi causa e efeito dessa centralização, porque possibilitou que uma cidade predominasse sobre as outras, surgindo, assim, as capitais, as médias e pequenas cidades. Sposito (1998) afirma que “dado o caráter urbano de produção industrial [...] as cidades se tornaram sua base territorial, já que nelas se concentram capital e força de trabalho”.

A cidade do século XX tornou-se um pólo do comércio, serviços e informações em todo planeta. Abarcando tais funções, ela consolidou o seu papel enquanto centro da organização do espaço geográfico.

REALIDADE NAS CIDADES BRASILEIRAS

A sede do município tem a categoria de cidade e dá nome ao município (Decreto Lei nº311)

Os critérios para a definição sobre o que é uma cidade variam de um país para o outro, no Brasil tal conceito é dado com base no caráter político-administrativo. Maia (2003) já adverte ao fato do quadro urbano brasileiro ser profundamente diverso, o que pede cuidados na análise do que seja uma cidade devido as diferentes dinâmicas apresentadas.

As primeiras cidades no Brasil datam do período colonial. Em tal época, o regime era guiado pelas capitânicas hereditárias¹ (MAIA, 2003). No período colonial e imperial as vilas podiam também ser sedes municipais. A colonização do Brasil foi, em grande parte, uma ação urbana, apesar da economia da Colônia ter se baseado na exportação de produtos rurais.

O núcleo urbano foi o ponto de partida para a ocupação da terra. As cidades coloniais tinham a nítida finalidade de civilizar a Colônia. As cidades eram o centro de difusão de hábitos e costumes da Metrópole. Fundar cidades fazia parte da estratégia portuguesa de colonização, que não visava apenas à exploração predatória, mas à permanência e à fixação do homem na terra.

Segundo Azevedo (1977) no Brasil foram poucas as vilas e cidades que, ao serem fundadas, já receberam tal titulação. Na verdade foram os povoados² os tipos mais comuns de embriões urbanos, o supracitado autor assim os descrevem:

[...] reduzida população, habitações modestas, uma rua principal, pequeno templo religioso, poucas e mal sortidas casas comerciais, por vezes uma escola primária, sua vida tranqüila e modesta [...] mas se a circunstância lhes forem favoráveis, poderão transformar-se em vilas (sedes de Distritos) e, em seguida, em cidades (sedes de Município), aspiração suprema de seus

¹ As **capitanias** foram uma forma de administração territorial do Império Português uma vez que a Coroa delegou a tarefa de colonização e/ou exploração de determinadas áreas a particulares através da doação de lotes de terra.

² Pequena aglomeração urbana.

habitantes (AZEVEDO, 1977, p. 216-217).

Estes “embriões” diferem no que se diz respeito à origem, tendo como variáveis a época em que surgiram e também com as regiões aonde vieram a localizar-se. Para Azevedo (1977) os aldeamentos criados pelos missionários para catequizar os índios foram muito importantes em diversas regiões brasileiras, em especial nos tempos coloniais, mas também no século XIX.

Essa forma de urbanização contemporânea nos países em desenvolvimento se comparado aos países desenvolvidos é um acontecimento recente. Intrínseco a industrialização, a urbanização brasileira só alcançou as características atuais no século XX (SANTOS, 1993, p. 19).

Apenas em 1938 por força da Lei nº 311 de 02 de março do mesmo ano que se decretou que “a sede³ do município⁴ tem categoria de cidade e lhe dá o nome”. (SOARES, 2005). Desde então toda sede de município no Brasil é intitulada cidade, independente de sua população.

Para a criação dos municípios a legislação Brasileira apresentava em 1967 alguns requisitos tais como: População superior a 10.000 habitantes ou não inferior a 5 milésimo existentes no Estado; Eleitorado não inferior a 10% da população; Centro urbano já estruturado com no mínimo 200 casas, dentre outros (MAIA, 2003). Porém em 1977 altera-se a lei supracitada e determina-se que para a criação dos municípios tem que ocorrer um plebiscito em que a maioria dos munícipes (50% dos eleitores inscritos) seja favorável à emancipação.

[...] até a década de 1970, a realidade urbana do Brasil e de outros países subdesenvolvidos era uma ilustre desconhecida (...) Nas últimas décadas o Brasil ao exemplo dos demais países subdesenvolvidos passou por um significativo processo de urbanização. Os números disponíveis evidenciam.(GONÇALVES, 2005).

De fato os números mostram que nos anos 1950, 65% da população ainda viviam no campo e apenas 35% nas cidades, em 1980, 30 anos depois se tem a inversão desses valores e os dados apontavam que 67% da população passou a viver em áreas urbanas. Atualmente 81,2% da população concentram-se nas cidades. (GONÇALVES, 2005)

De todo esse processo resultou a existência, no ano de 2000, de cerca DE 5.500 cidades no Brasil, das quais 415 situam-se na Bahia.

Para analisar as cidades e seu papel no Brasil, mais do que defini-la há uma necessidade de diferencia-las, uma vez que as cidades apresentam diferentes escalas, estruturas e funções.

Norteando-se por critérios demográficos a Organização das Nações Unidas (ONU, 1994) intitula como cidade média as que possuem de 100 mil a 1 milhão de habitantes. Já o IBGE (1996) conceitua as que possuem de 100 mil a 500 mil habitantes.

Porém, tal critério é insuficiente para conceituá-las, pois não dá conta da realidade socioespacial das cidades médias (CM). Um outro erro é analisá-las como um intermédio entre as pequenas cidades e as metrópoles, já que existe uma diferenciação dentro das próprias CM. Na análise de uma cidade média variáveis como tamanho demográfico, funções, dinâmicas intra-urbanas e indicadores sociais, dentre outras são primordiais para a compreensão desses núcleos urbanos na visão de Melo (2006).

As cidades médias diferenciam-se das pequenas cidades por se tornarem centros com serviços especializados para o atendimento do próprio município e de municípios vizinhos sobre os quais exercem influência. Spósito (2004) aponta que o parâmetro para a definição das cidades médias e pequenas deveria ser a função dessa dentro da divisão do trabalho intra-urbano.

³ Cada município tem sua sede, local onde se situa o poder políticos.

⁴ A menor parte do território com o governo próprio. Segundo Aurélio circunscrição administrativa autônoma do estado governada por um prefeito e uma câmara de vereadores.

A expressão cidade média tem sido mais utilizada como uma noção ou como uma classificação do que como um conceito pois tem servido para designar cidades com população entre 200 e 500 mil habitantes. Mais do que parâmetros populacionais deveríamos considerar os papéis desempenhados pelas cidades em uma divisão de trabalho interurbana e as suas formas de expansão e aglomeração urbanas como indicadores de sua caracterização” (SPOSITO, 2004 p 329).

Dentro do território brasileiro os núcleos com até 20 mil habitantes, intitulados pelo IBGE com pequenas cidades (PC), compõem o maior número no país, com destaque para as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste (Soares e Melo, 2006).

As pequenas cidades criam condições para a sustentabilidade econômica, política e cultural para a região a qual faz parte, criando a hierarquia e a rede urbana entre as pequenas cidades com as médias cidades e dessas com as metrópoles.

Definido e diferenciado o que é cidade, cabe ainda esclarecer que essa não é sinônimo de urbano, embora tais conceitos sejam complementares. A cidade é a materialização do urbano, são os prédios, avenidas, ou seja, o visível. Já o urbano é produzido pelas relações sociais, concebidas na cidade, que, cotidianamente, constroem e reconstróem o espaço urbano (CARLOS: 1997). Seria como se a cidade fosse o corpo e o urbano fosse à alma. "Não há forma sem conteúdo, não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece a análise é sempre uma unidade" (LEFEBVRE, 2001 p 87).

A urbanização² não corresponde ao crescimento das cidades em consequência do crescimento vegetativo de sua população. Sposito (2004) questiona a afirmativa dos demógrafos que afirmam que a urbanização ocorre quando o êxodo rural impulsiona a cidade a um crescimento maior que o campo. Nesse sentido, a urbanização corresponde a um aspecto territorial provenientes das modificações socioeconômicas. A Revolução Industrial, por exemplo, alterou as relações entre campo e cidade promovendo a divisão territorial do trabalho, acelerando o processo de urbanização, fazendo com que o meio urbano crescesse e comandasse o meio rural.

Sposito (2004) entende a “urbanização como processo, e a cidade como forma concretizada deste processo”. Sobre tal temática Lefebvre (2001) escreve: “(...) a cidade, como realidade presente, imediata, dado prático-sensível arquitetônico e por outro lado o urbano, realidade social composta de relações a serem concebidas construídas e reconstruídas pelo pensamento”. (p. 49)

Essa “forma concretizada não é uniforme”. A cidade apresenta estruturas intra-urbanas diferenciadas devido as diferentes categorias de cidade. Segundo Ramos (2004), o conceito de estrutura é aplicado em diversas situações para definir a parte fundamental de um todo. Também, para a definição das formas como as partes ou elementos e seus relacionamentos estão organizados dentro de um todo. Por essa perspectiva, o estudo da estrutura interna das cidades consiste em analisar a organização das partes desta e seus elementos constituintes bem como seu arranjo espacial e as inter-relações que existe entre eles.

Cabe ainda ressaltar que a estrutura intra-urbana das pequenas cidades diferenciam-se de algumas cidades médias e metrópoles. E essas últimas passaram por um processo de reestruturação urbana na visão de Sposito (2004 p.313).

Ainda para a referida autora, a expressão estrutura urbana é apropriada para se fazer referência à forma como se encontram dispostos e se articulam os usos do solo, num dado momento, em outras palavras essa noção aplica-se para exprimir a forma como está

² Para as diferentes áreas urbanização apresenta diferentes definições. Para os engenheiros urbanizar é implantar infraestrutura, para o arquiteto seria a construção, a obra arquitetônica..., Para o demógrafo seria o processo de crescimento da população urbana em detrimento da rural.

organizado o espaço de uma cidade.

Em seus escritos, Ramos (2004.) fazem referências aos estudos de Villaça (1998) para se referir à análise da estrutura intra-urbana como a investigação sobre o conjunto da cidade e sobre a articulação entre suas várias áreas funcionais.

São considerados elementos dessas estruturas o centro principal da metrópole (a maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior aglomeração de comércio e serviços), os subcentros de comércio e serviços (aglomerações de comércio e serviços, réplicas menores do centro principal), os bairros residenciais, ou melhor, o conjunto de bairros residenciais segundo as classes sociais e as áreas industriais. Esta estrutura está imbricada a outras estruturas territoriais, como sistemas de transporte e de saneamento. Entretanto, consideramos ser a primeira mais importante, pois inclui, incorpora e subjuga as demais, mais do que o contrário, embora não possa existir sem elas. (Villaça: 1998 apud Ramos 2004 p. 31)

A estruturação da cidade norteia-se pela divisão social e técnica do trabalho intra-urbana (SPOSITO 2004 p. 315), onde cada espaço exerce uma função urbana, ou seja, uma atividade que pode ser econômica, cultural, residencial, de lazer, diferenciando os espaços urbanos, que, neste sentido são frAGMENTADO (CÔRREA, 1993).

Outro aspecto que marca o espaço das cidades é a oposição que elas trazem. A oposição entre o arcaico e o moderno; o centro e a periferia, entre os espaços privados e os públicos. Sendo assim, “toda morfologia concede à cidade a especificidade de uma função específica e, nem mesmo o lugar de justaposição de funções suas, um lugar em que diferentes funções estão em constantes inter-relações através da relação com o espaço”.(SILVA; GOMES; SILVA, 2005)

As diferentes funções exercidas pela urbe levam à necessidade de uma troca de produtos e serviços. Desse modo os espaços que oferecem melhores serviços se destacam dentre as outras surgem então o centro.

No conjunto de diferentes usos da terra justaposto entre si. Tais usos definem áreas, como centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para a futura expansão (CÔRREA, 1993 p. 07).

Sposito (2004, p.274) afirma que o centro³ constitui-se por meio de um processo de concentração de atividade de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada de lazer e de valores materiais e simbólicos em uma área da cidade.

Como resposta, surge à periferia⁴, espaço ao redor do centro que segundo Reynaud (1993 p. 619-623) não se opõe de forma absoluta ao centro. Pelo contrário se integra, e sua origem associa-se, na visão de Sposito (2004 p. 284) ao reconhecimento de um conteúdo social em áreas residenciais distantes do centro, marcadas pela presença de moradias precárias e inacabadas; pela ausência ou insuficiência de infra-estrutura segundo as relações de fluxos ocorridos entre o centro e a periferia, subsidiadas pelas redes intra-urbanas, que seriam compreendidas por espaços que expressa a desigualdade entre modo de produção dominante “centro” e dominados “periferia”.

O centro aparece como espaço de origem do modo de produção dominante e em expansão, enquanto a periferia é a sede dos antigos modos de produção superados, dos quais subsistem elementos esparsos que o centro utilizará em seu proveito.(AYDALO, 1983 p. 198 apud SPOSITO, 2004 p. 272)

³ Para Laborde 1994 p. 150-151 o centro é a área da cidade onde acumula-se especialização que nela existe, ponto focal do sistema de circulação de serviços. Santos (1981 p. 181-185) nóculo principal de rede vias urbanas, forte concentração de serviços comércio.

⁴ Entorno do centro

É nesse âmbito que Corrêa (1993) afirma que tal espaço é fragmentado, mas fazem parte de um todo, que é a própria cidade. Segundo o autor, esse espaço é, também, articulado, uma vez que cada parte mantém relações espaciais com as demais, por meio do fluxo de pessoas, que dispõe dos variados serviços que cada fragmento oferece, transitando por todos os espaços.

A análise dos territórios intra-urbanos passa necessariamente pela idéia de segregação espacial. A segregação interna das cidades é o processo segundo o quais diferentes camadas ou classes sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da cidade (VILLAÇA, 1998 apud Ramos 2002 p.). No Brasil, apesar desta segregação ser também estruturadora do espaço intra-urbano, é a segregação por classes sociais que predomina. Nesse sentido, na compreensão sobre a produção do espaço urbano é prioritário o entendimento do modo como às cidades estão internamente organizadas, isso porque é a partir da análise sobre as diferentes formas de utilização do espaço urbano, e suas inter-relações, que se torna possível entender o fenômeno da segregação espacial.

O espaço urbano é, igualmente, palco dos conflitos entre as classes sociais. É um campo de lutas, refletindo às condições sociais (CORRÊA, 1989). Por essa perspectiva, a cidade é reflexo da sociedade, uma sociedade capitalista, na qual tudo se torna mercadoria, até mesmo a terra⁵, que, teoricamente, não tem valor, visto que não é produto do trabalho humano, mas ganha valor, pela legalização da propriedade privada, pois permite diferenciar as formas de apropriação da cidade pelos diferentes segmentos sociais. A diferenciação de valores do uso do solo urbano é dada pela localização do terreno, acessibilidade a locais e serviços privilegiados, infra-estrutura dentre outros.

A organização do espaço urbano vem pra ratificar o sistema econômico vigente. Conforme Sposito, "estamos falando do espaço como concretização materialização do modo de produção determinante no caso o capitalista, e cidade como manifestação desta concretização" (SPOSITO, 1998, p.64).

Carlos (2004) afirma que a cidade pode ser entendida enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais. Sendo assim, a cidade contém e revela ações pretéritas e que ao mesmo tempo constroem as futuras, pois essas serão resultantes das tramas do presente, impossibilitando pensar à cidade dissociada da sociedade e do momento histórico. O espaço urbano é um reflexo da sociedade. Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes (CORRÊA, 1993, p.8).

Analisando a cidade, vários aspectos chamam a atenção. Dentre eles, a discussão sobre a segregação espacial se destaca. Pode-se, claramente, observar duas realidades diferentes, embora sejam resultados de um mesmo processo. A cidade dotada de infra - estrutura e a cidade-incapaz de atender as necessidades mínimas da população residente. Sendo assim, existe uma segregação habitacional que deve ser entendida como a materialização da sociedade de classe.

A organização interna do espaço urbano é assim, resultante da ação conjunta de vários agentes, que agem simultaneamente. A ação desses agentes, segundo Corrêa (1993), é complexa, derivada da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem. Assim,

⁵ Sobre a temática espaço como mercadoria Carlos em A cidade expõe a problemática da seguinte forma: Ao nosso ver a discussão do valor do espaço nos remete a idéia do espaço mercadoria, é a forma através da qual o espaço é apropriado aparecerá como propriedade de alguém. Trabalhar com a forma de propriedade territorial significa estudar o caráter geral das relações espaciais de produção e de monopólio de certas pessoas que está pressuposto na propriedade e que dá a elas o direito de dispor de determinadas parcelas do espaço geográfico como esfera privadas, excluindo os demais membros da sociedade e determinando como tal parcela será utilizada e qual classe social que ira desfrutá-la. Isto se expressara na segregação espacial fruto da diferenciação de classe, se seu poder econômico, político e social.

essas ações provocam um constante processo de reorganização espacial que se realiza através da incorporação de novas áreas ao espaço urbano, da densificação do uso do solo, da deterioração de certas áreas, da renovação urbana, do relocação diferenciada da infraestrutura e da mudança no conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

Existem diversos agentes sociais que contribuem para as transformações da cidade. Para Côrrea (1993) estes agentes seriam os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e o Estado⁶. Dentre eles o Estado merece maior atenção porque, a partir de um conjunto de ações pode valorizar uma área em detrimento de outra. Ele, ao mesmo tempo, atua como proprietário fundiário e promotor imobiliário, tornando-se, também, alvo dos movimentos sociais urbanos, mas é através da implantação dos serviços que sua atuação se torna mais transparente com relação a sua interferência na organização e desenvolvimento da cidade, mais precisamente do espaço urbano.

Sposito enfatiza que:

A nível intra-urbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde está o seguimento populacional de maior poder aquisitivo, ou que poderão ser vendidos e ocupados por esses seguimentos, pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares da pobreza, os mais afastados, dos mais densamente ocupados vão ficando no abandono..Será que a cidade cresce desordenadamente, porque ele não está sobre planejamento, será que o Estado subjugado pelas classes dominantes é neutro ao planejar seus investimentos? (SPOSITO 1998 p. 26)

Corrêa afirma que o Estado capitalista não é neutro, pelo contrário sua atuação não visa o equilíbrio social, econômico e espacial, visa a reprodução da sociedade capitalista, ou seja, o “processo de acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações” (CORRÊA, 1993, p. 26).

Para Carlos, a atuação do Estado denomina-se “gestão fechada”, o que para Lefebvre, é uma “segregação planejada” (CARLOS, 2004, p.121) que se realiza pela intervenção do Estado através das políticas públicas urbanas, privilegiando áreas da cidade abrindo avenidas, destruindo bairros, fechando ruas, impedido usos, determinando outros, acentuando as desigualdades e influenciando na valorização e desvalorização dos bairros da cidade. Enfatiza ainda que “nas estratégias dos planos o uso é pensado na perspectiva de uma simplificação das necessidades e, desse modo aparece separadamente na cidade, a partir do estabelecimento de funções bem delimitadas, como aquela demarcaria, do trabalho e do lazer” (CARLOS, 2004, p.12)

REFERÊNCIAS

BERNADELLI, M.L.F. da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: pápeis urbanos, reprodução social e produção de moradias**, 348 f. 2004. Tese (doutorado em Geografia) – UNESP. Presidente Prudente, 2004.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. 92 p.

_____, Ana Fani. **O Espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo, Contexto, 2004.

CÔRREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Atica, 1989.

GONÇALVES, Francisco Ednardo; COSTA, Ademir Araújo da. **O perfil urbano das cidades pequenas do Agreste Potiguar**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9.,

⁶ Segundo o dicionário Aurélio governo.

2005, Manaus, Anais...Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2005.[não paginado].

HOLANDA, A.B.F. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em www.ibge.gov.br acessado em março de 2007

LEFEBVRE, Henry. 1901 – **O direito à cidade**; tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, D. S. **Pequenas cidades: como defini-las?**. In: IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, 2005, Manaus. IX SIMPURB - ANAIS. Manaus : Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005. p. 1-20.

MELO, N. A. de SOARES, B.R. **Cidades médias e pequenas**: reflexões preliminares sobre seus significados. IM: Simpósio Regional do Sul Goiano o espaço geográficos e ação antrópica no sul goiano, 4, Anais...Morrinhos 2006

RAMOS, Frederico R. **Análise espacial de Estruturas Intra-Urbanas: O caso de São Paulo**. 141 f. Dissertação de Mestrado-INPE, São José dos Campos 2004.

RONIK, Raquel. **O que é cidade?** Ed. Primeiro Passos Brasiliense, 1988.

SANTOS, Milton. **A Cidade nos Países Subdesenvolvidos**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil, 1965.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade ensaios**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1979.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1998. 79 p.

_____, Maria Encarnação B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência) - Unesp, Presidente Prudente, 2004. Cap. 0105.

SOUZA M.L.. **O ABC do desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Cidades médias: uma revisão bibliográfica**. In: Adilson Francelino Alves; Luiz Carlos Flávio; Roseli Alves dos Santos. (Org.). Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento. 1 ed. Francisco Beltrão -Paraná: Unioste, 2005, v. , p. 273-286.

SILVA, V. P. GOMES, R. C. C. SILVA, A. B. Buscando compreender as pequenas cidades. In: IX Encontro de Geógrafo da América Latina, 2005, Manaus. IX Encontro de Geógrafo da América Latina, 2005. v. 01.